

O ACOMPANHAMENTO DE ALUNOS AUTISTAS NA VISÃO DAS ACADÊMICAS ESTAGIÁRIAS: EXPECTATIVAS E DESAFIOS

Ana Karolina Fornazari Frederico¹ Unisecal
Beatriz Fonseca Cordeiro dos Santos² Unisecal
Perla Cristiane Envy³ Unisecal

Resumo: O autismo tem sido pauta de inúmeros debates e discussões que envolvem a educação básica, visto que costuma ser identificado na infância, distúrbio este que afeta a comunicação, a capacidade de aprendizado e adaptação da criança. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é verificar a visão de acadêmicas estagiárias em relação a alunos que possuem o Transtorno do Espectro Autista, sobre seus conhecimentos e necessidades de capacitação em relação ao autismo. Para fundamentação deste estudo, utilizou-se como fonte de pesquisa um questionário digital (Google Forms) com a participação de 21 Acadêmicas Estagiárias, em Outubro/2022. Além disso, sustenta-se em pesquisas e textos de autores de referência no tema. O artigo apresenta reflexões a partir do conhecimento de alunas estagiarias acerca do trabalho com alunos autistas, no que se refere ao preparo da capacitação de futuras professoras. Com a análise das respostas obtidas, conclui-se que o processo formativo, seja ele inicial ou contínuo, precisa acontecer ao longo da trajetória profissional docente tendo em vista atender as diversas demandas e desafios encontrados na profissão.

Palavras-chave: Educação. Estagiárias. Autismo. Formação.

MONITORING AUTISTIC STUDENTS IN THE VIEW OF ACADEMIC TRAINEES: EXPECTATIONS AND CHALLENGES

Abstract: Autism has been the subject of numerous debates and discussions involving basic education, since it is usually identified in childhood, a disorder that affects communication, the child's ability to learn and adapt. Thus, the objective of this research is to verify the view of academic interns in relation to students who have Autism Spectrum Disorder, about their knowledge and training needs in relation to autism. To support this study, a survey was used through a digital questionnaire (Google Forms) with 21 Student Interns, in October/2022. In addition, research and texts by reference authors on the subject were used, seeking to support the proposal of this study. In this way, the article presents reflections based on the knowledge of trainee students about working with autistic students, with regard to the preparation of the training of future teachers. With the analysis of the answers obtained, it is concluded that the training process, whether initial or continued, needs to take place throughout the teaching professional trajectory in order to meet the various demands and challenges encountered in the profession.

Keywords: Education. Interns. Autism. Training.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), atualmente, tem sido muito estudado, tanto na área da educação quanto da saúde. A lei no 12.764/12, que institui a política nacional de

¹ Acadêmica do oitavo período de Pedagogia na Instituição Unisecal – aforazari58@gmail.com

² Acadêmica do oitavo período de Pedagogia na Instituição Unisecal – biafonseca170@gmail.com

³ Mestre em Educação. Professora e Coordenadora do Curso de Pedagogia Unisecal–perla.enviy@unisecal.edu.br

proteção dos direitos das pessoas com TEA, considera as seguintes características para o transtorno: “ciência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades” (BRASIL, 2012, Art 1o, § 1o).

O “TEA” agrega irregularidades no desenvolvimento neurológico, existentes desde o nascimento ou no princípio da infância. Sendo elas: Autismo Infantil Precoce, Autismo Infantil, Autismo de Kanner, Autismo de Alto Funcionamento, Autismo Atípico, Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação, Transtorno desintegrativo da Infância e a síndrome de Asperger.

O objetivo deste estudo é verificar o conhecimento das estagiárias quanto ao trabalho com crianças autistas e suas necessidades de preparo em relação ao autismo. Para isso, foram utilizados questionamentos por meio de um questionário digital da plataforma "Google Forms". Também foram realizadas leituras de artigos científicos de autores referência sobre o tema, buscando contribuir com o objeto deste estudo. Desta forma, este trabalho oportuniza um diálogo entre a teoria e a pesquisa realizada com 21 acadêmicas estagiárias da educação básica, em outubro de 2022, buscando verificar suas visões sobre o autismo, e a necessidade de capacitação das estagiárias para a futura formação nesta área aliada as reflexões dos textos pesquisados.

Assim, a pesquisa sobre esse tema vai se aprofundando na medida em que aumenta o número de crianças com “TEA” em sala de aula, desafiando o trabalho docente, tendo em vista que muitas vezes o professor não está preparado para trabalhar com esse aluno. Na maioria dos casos, os professores e estagiários não sabem lidar com esta situação, o que dificulta o seu desenvolvimento e sucesso escolar. A partir deste cenário apontado, conhecendo tal realidade por meio do estágio remunerado, surge a problemática desta pesquisa, a qual parte do pressuposto que tanto professores quanto estagiários, desejam que todos os seus alunos aprendam. No entanto, o aluno portador do “TEA” apresenta diferentes formas de aprender, o que exige de ambos buscar informações mais específicas do trabalho com esse aluno, contribuindo para que ele possa se desenvolver intelectualmente.

Assim, voltando o olhar aos estagiários, nesse campo de atuação no momento, surgem as questões que norteiam este trabalho que são: Como uma estagiária vê um aluno autista? Eles têm a formação e o conhecimento do transtorno necessário para acolher esses alunos em sala de aula?

Nessa perspectiva, este estudo destaca aspectos importantes da educação do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em relação aos estagiários, mostrando suas opiniões

atuais sobre o assunto. Para atingir o objetivo proposto, o artigo está estruturado em seções da seguinte forma “O que é autismo” buscando além da sua definição apresentar os principais sintomas e como é feito o diagnóstico.

Na segunda parte, intitulada “Diferentes tipos de autismo”, está exposto os diferentes tipos de autismo e níveis que existem. Na terceira parte, intitulada “A inclusão no contexto escolar”, será abordado como é feito o processo de inclusão de crianças autistas no âmbito escolar. E por fim, na última parte, intitulada “O trabalho do estágio remunerado” abordaremos as questões dos estágios remunerados, como funcionam, etc.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB n. 2/2001, no artigo 2º, determinam que “os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes”. Além disso, cabe às escolas possibilitar o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, oferecendo uma organização que permita uma educação de qualidade para todos. (MEC, 2001).

Desta forma, é superior o número de crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista nas escolas e fica evidente a carência de qualificação do profissional para agir com essas crianças em sala de aula, dada as demandas características à sua aptidão.

Kirk e Gallagher (1987, p. 33), realçam que “nem todas as crianças aprendem e se desenvolvem no mesmo ritmo, reagem emocionalmente do mesmo modo, e veem ou ouvem igualmente”. Os autistas precisam de um tempo diferenciado para realizar os seus afazeres e efetuar os mais diversos tipos de conhecimentos que integram um desenvolvimento de ensino-aprendizagem. Os autores também apontam que “as crianças ‘deficientes’ abandonavam a escola porque não conseguiam competir com as crianças ‘normais’ e as escolas não estavam organizadas para elas”. Dessa forma, os conflitos tornavam-se ainda maiores para as pessoas que não mantinham desenvolvimento neurológico e seus familiares que não obtinham um auxílio legal para batalhar pelos seus direitos. Mas afinal, o que é autismo?

2.1 Transtorno do espectro autista (TEA)

O TEA tem sido um dos transtornos mais frequentes e estudados tanto na área da saúde quanto da educação:

A Organização Mundial da Saúde, OMS, calcula que o autismo afeta uma em cada 160 crianças no mundo. É alta a incidência do autismo em todas as regiões do mundo, enquanto a falta de entendimento sobre o transtorno tem forte impacto nos indivíduos, suas famílias e comunidades. A agência da ONU diz que várias pesquisas científicas sugerem a existência de muitos fatores que podem deixar a criança mais propensa ao autismo, incluindo questões ambientais e genéticas (Edgard Júnior, ONU News-NY, 2017, p.1).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por um desenvolvimento atípico, sintomas comportamentais, déficits na comunicação e interação social, comportamentos repetitivos e estereotipados. Nos primeiros anos de vida de uma criança, é possível detectar sinais de alerta do desenvolvimento do sistema nervoso, sendo o diagnóstico confirmado por volta dos 2-3 anos.

O caso de Transtorno do Espectro Autista é maior em pessoas do sexo masculino. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5 (Referência Mundial para Critérios Diagnósticos), os indivíduos podem ter déficits na interação social (por exemplo, linguagem verbal ou não verbal e reciprocidade socioemocional) e comportamentos repetitivos como movimentos constantes com objetos fixos de interesse e hipo ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais.

Quaisquer pacientes que possuem autismo têm estas alterações, porém cada um será atingido em níveis diferentes, tornando circunstâncias bem características. Ainda que seja nomeado de autismo infantil, pelo diagnóstico, é popular em crianças e até bebês. Os transtornos são quadros persistentes que atentam um indivíduo por todas as etapas da vida.

As causas do TEA não são absolutamente absorvidas, e a pesquisa científica sempre se centralizou na suscetibilidade genética, pesquisando modificações naturais que podem acontecer no decorrer do progresso fetal e a genética passada de pais para filhos. Entretanto, já existem sinais de que razões hereditárias explicam apenas por uma parte do risco de discurrir TEA. Aspectos ambientais que lesionam o feto, como estresse, infecções, exposição a substâncias tóxicas, complicações durante a gravidez e distúrbios metabólicos também lesionariam a chance da doença

De acordo com o blog “Saúde do Paraná” que discute pesquisas desenvolvidas na área, o “TEA” afeta o comportamento do indivíduo, e os primeiros sinais podem ser notados em bebês de poucos meses. No geral, uma criança portadora do espectro autista apresenta sintomas como dificuldade em relacionar-se socialmente, em fazer contato visual, na fisionomia, na gesticulação, manifestar suas próprias emoções e fazer amizades.

Também apresentam dificuldades em comunicar-se, escolhendo fazer uso repetitivo da linguagem e o impedimento para iniciar e assegurar um diálogo. Além disso, apresentam

mudanças comportamentais como um apego exagerado a rotinas, atos repetitivos, valorização intensa por coisas específicas, dificuldade de desenvolver a imaginação e sensibilidade sensorial.

Segundo Loureiro⁴ (2022), o diagnóstico do autismo é basicamente clínico, realizado por meio de observação direta do comportamento do paciente e de uma entrevista com os pais ou cuidadores. Os sintomas característicos dos transtornos do espectro do autismo (TEA) estão sempre presentes antes dos 3 anos de idade, com um diagnóstico possível por volta dos 18 meses. Normalmente os pais começam a se preocupar entre os 12 e os 18 meses, na medida em que a linguagem não se desenvolve.

Até agora não existem marcadores biológicos e exames específicos para o Transtorno do Espectro Autista, entretanto alguns exames, como o cariótipo com exploração de X delicado, o eletroencefalograma (EEG), a ressonância magnética nuclear (RNM), os erros inatos do metabolismo, o teste do pezinho, as sorologias para sífilis, rubéola e toxoplasmose; a audiometria e testes neuropsicológicos podem ser essenciais para buscar as causas e doenças associadas.

2.2. Diferentes tipos de autismo

Estudos apontados no site “Instituto Neurosaber” apresentam quatro tipos de autismo e suas características. Os diferentes tipos de autismo são: transtorno autista, síndrome de Asperger, transtorno invasivo do desenvolvimento e transtorno desintegrativo da infância são denominados Transtornos do Espectro Autista (TEA).

Atualmente foram listados três níveis diferentes de TEA, determinados de acordo com a quantidade de suporte que o indivíduo necessita. Os três níveis de TEA são:

Nível 1:

O nível um, é considerado nível leve, pois pessoas diagnosticadas com o nível leve são independentes no dia a dia. No entanto, estas pessoas, apresentam um menor interesse em iniciar interações sociais, dificuldade em fazer amizades e em realizar troca de atividades. Apresentam também respostas atípicas e dificuldades na parte da organização.

⁴ Ivo Xavier Pacheco de Loureiro (2022) por meio de uma entrevista ao site do blog *todas as respostas* apresenta inúmeras informações que caracterizam as pessoas com autismo, e faz um alerta que para reconhecer e identificar o transtorno, somente o neuropsicólogo e psiquiatra podem validar o **laudo**.

Nível 2: Moderado

No nível dois, considerado nível moderado, estão entre o grau mais leve e o grau mais severo. Autistas que estão no nível moderado podem apresentar maior dificuldade nas interações sociais e no diálogo verbal e não verbal. Possuem objeção em mudanças cotidianas, sofrendo para modificar o eixo de suas ações. Além disso, também podem apresentar irritabilidade quando são tiradas da sua zona de conforto.

Nível 3: Severo

Por fim, o nível três é o nível mais severo do autismo, podendo trazer consequências críticas para o portador do Transtorno do Espectro Autista como para os familiares do autista e pessoas que convivem com ele. Neste nível, a pessoa costuma não responder a estímulos de fala ou toque. Possuem maior dificuldade na comunicação, usando poucas palavras na interação. Ademais, portadores de autismo apresentam um grau baixo de autonomia.

Os níveis de TEA correspondem à gravidade dos sintomas de autismo descritos acima e ao grau de suporte necessário. Além disso, é importante ter em mente que a quantidade de suporte que uma pessoa autista precisa pode variar de acordo com as diferentes idades ou situações.

2.3 A inclusão no contexto escolar

Sabemos que a educação é um direito de todo cidadão garantido pela Constituição Federal (1988), no art. 205 da Constituição, além do artigo 208, que também explica o quanto as pessoas com necessidades especiais devem receber “tratamento especial, tanto na rede pública, quanto na privada”. É por isso que as escolas devem promover a inclusão e adaptar os métodos de ensino, pois todos podem se desenvolver e merecem uma educação de qualidade.

Portanto, pessoas com deficiência física ou mental, assim como minorias étnicas, nômades, devem receber conhecimentos acadêmicos básicos e ter a oportunidade de frequentar uma escola regular.

Ir à escola promove a quebra de preconceitos sociais e a aprendizagem cooperativa. Além disso, os alunos com necessidades especiais começam a se sentir acolhidos e são estimulados a desenvolver todo o seu potencial. Quando uma escola trabalha para promover a inclusão, os benefícios atingem toda a comunidade, tanto no curto quanto no longo prazo.

Apesar disso, ir à escola continua sendo um desafio. Isso é comprovado por vários estudos ao redor do mundo, como por exemplo, o UNICEF⁵ na América Latina registrou que 70 crianças com deficiência não frequentam a escola ainda, o que representa um número alarmante e mostra uma realidade que precisa mudar urgente.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivos, assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, orientando os sistemas de ensino em busca de garantir o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação (BRASIL, 2008).

Assim, no contexto escolar professores e estagiários precisam cada vez mais de apoio estrutural das instituições a que pertencem e encontrar formas de ajudá-los a abordar satisfatoriamente os resultados de aprendizagem dos alunos autistas.

O artigo 28.º do Regulamento nº 7.08/10 estabelece que o Ministério da Educação implementa mecanismos para promover a disponibilização de programas de material didático para alunos e professores das escolas públicas primárias. Tais programas visam auxiliar o trabalho dos professores, que muitas vezes se sentem incapazes de responder à oportunidade de ajudar essas pessoas no desempenho de suas tarefas.

Sabe-se que, além disso, uma elaboração de forma estruturada e eficaz para atingir os objetivos pretendidos precisa ser ofertado de forma contínua.

Esse cenário está se agravando a cada dia, à medida que mais e mais alunos com “TEA” entram nas salas de aula e a formação desses profissionais não é o domínio da educação inclusiva. Portanto, é difícil para professores e profissionais atenderem a todas as expectativas que surgiram em seu trabalho, e se capacitarem para atuar com mais precisão considerando as necessidades da criança com autismo.

2.4 O trabalho do estágio remunerado

O estágio remunerado é uma prática profissional que possui relação direta com a formação do estagiário que frequenta um curso e é remunerada. Além disso, eles são estabelecidos por empresas que têm interesse em reter talentos, já que a prática permite que se identifique e se aprimore desde cedo, as habilidades profissionais do estagiário.

Análises apresentadas através do site “Guia da Carreira”, mostram que a Lei do Estágio indica algumas exigências para ser estagiário, sem estipular uma idade máxima para a prática profissional, porém determina uma idade mínima de 16 anos. Os jovens devem ser contratados na categoria de menor aprendiz. Além de que, só pode estagiar quem atender as condições de escolaridade pressupostas na lei. Diante disso, é preciso estar matriculado em um instituição de ensino dos seguintes níveis:

- Educação superior;
- Educação profissional;
- Ensino médio;

Um estágio remunerado é o preparo para a atuação profissional futura, aproximando o estudante a todas as atividades que teria em seu emprego, só que com um período menor de trabalho, pois varia, como por exemplo, 20 horas semanais no caso do município de Ponta Grossa, ofertada pela Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa. Nesse sentido, o estagiário deve realizar atividades relacionadas ao curso para o qual está matriculado. Em outras palavras, por exemplo, um estagiário de pedagogia irá fazer parte da equipe de funcionários da escola, realizando as atividades previstas para acontecer neste ambiente escolar. O estágio é uma atividade profissional destinada a complementar a formação teórica recebida em sala de aula. Portanto, a empresa deve assegurar ao aluno que a atividade que ele desenvolve está relacionada à sua formação.

Pensando nesse estágio, enquanto acadêmicas do curso de Pedagogia, vivenciamos muitas vezes os relatos de colegas sobre o trabalho de inclusão no acompanhamento de alunos com diferentes dificuldades e alguns com laudos médicos como autistas.

Todo esse trabalho gerava muita insegurança e receio, por nos questionarmos muitas vezes se estávamos fazendo o trabalho certo com esse grupo de alunos.

3 METODOLOGIA

Para responder estes questionamentos, a pesquisa foi realizada em forma de questionário digital através da plataforma “Google Forms”. As perguntas foram enviadas a 21 Acadêmicas Estagiárias que atuam na área de inclusão com alunos autistas, no mês de outubro deste corrente ano. É de cunho qualitativo, visando verificar o nível de conhecimento sobre como trabalhar com crianças autistas, bem como, o entendimento sobre o assunto e necessidade de capacitação na área.

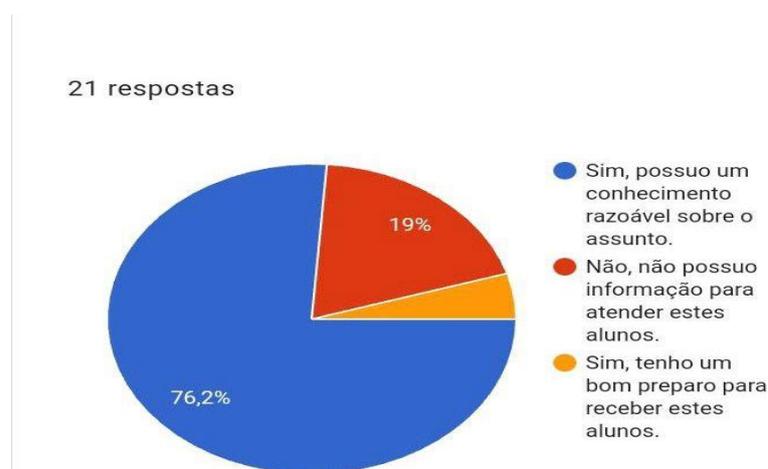
A pesquisa foi realizada de maneira virtual, sendo encaminhado o link do formulário da plataforma Google Forms através do “Whatsapp” contendo 6 perguntas sobre experiências, vivências e conhecimentos sobre alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Os dados foram compilados e analisados buscando refletir a luz da teoria estudada no percurso do Curso de Pedagogia.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após o envio dos formulários, obtivemos 21 acadêmicas estagiárias que responderam o formulário. Por meio da análise dos gráficos, analisaremos os resultados encontrados:

Gráfico 1 – Demonstração a respeito da formação e conhecimento sobre o transtorno para receber alunos autistas em sala de aula.



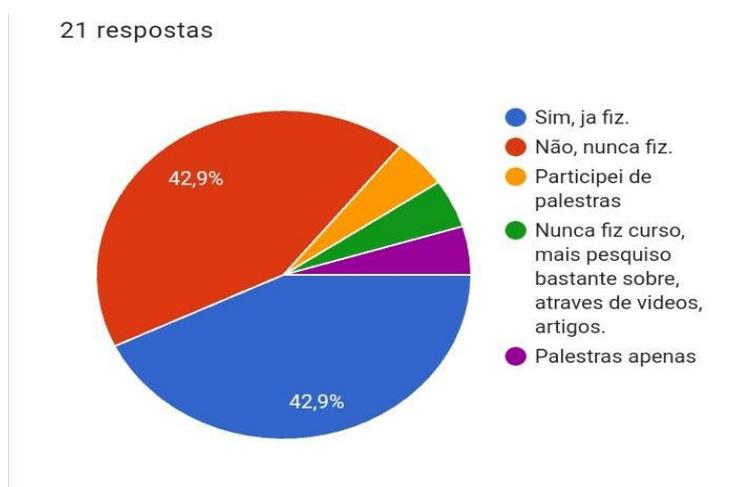
Fonte: Questionário Google Forms elaborado pelas acadêmicas.

O gráfico acima demonstra que, de maneira geral, a maioria das acadêmicas estagiárias possuem um conhecimento razoável sobre o Transtorno do Espectro Autista, para

receber alunos em sala de aula. Somente a minoria respondeu que possui um bom preparo para atender crianças autistas. Já 19% das pessoas, responderam que não possuem um conhecimento básico sobre o autismo.

Esse cenário nos faz refletir sobre o quanto precisamos nos atentar a este assunto. Cada vez mais, estamos recebendo crianças com “TEA” nas escolas e o despreparo e falta de entendimento sobre o Autismo ainda é muito grande. Várias acadêmicas estagiárias ingressam nas escolas sem saber, muitas vezes, nada sobre o assunto e totalmente despreparadas para atuar com estes alunos. O descaso e falta de informações afetam vidas, e este cenário precisa ser mudado.

Gráfico 2 - Demonstração percentual sobre acadêmicas estagiárias que já fizeram curso sobre autismo.



Fonte: Questionario Google Forms elaborado pelas acadêmicas.

De acordo com o gráfico 2, verificou-se que 42,9% das estagiárias já fizeram curso e 42,9% delas nunca fizeram. Já em um número menor, obteve-se pessoas que alegaram participar de palestras sobre Autismo.

Isso nos revela que além de ser pouco, o número de acadêmicas estagiárias que já fizeram algum curso ou participaram de palestras tomaram esta atitude por conta própria, o que nos leva a crer que o autismo, é um assunto ainda pouco abordado no contexto escolar e que ainda fala-se pouco sobre autismo, apesar do assunto estar mais amplo e acessível com o passar dos anos. Através deste gráfico, concluímos que o Transtorno do Espectro Autista precisa ser mais abordado não só no meio acadêmico, mas também em todas as áreas como saúde e educação.

Gráfico 3 - Demonstração quantitativa, abordando se as estagiárias obtiveram alguma base para trabalhar com alunos portadores do Transtorno do Espectro Autista.

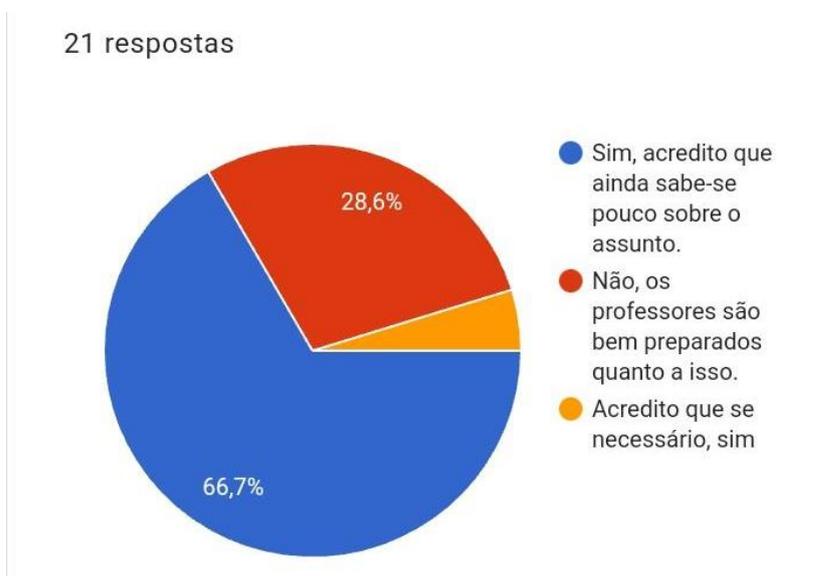


Fonte: Questionário Google Forms elaborado pelas acadêmicas.

Os dados acima, demonstram as informações sobre acadêmicas estagiárias que obtêm uma base para trabalhar com alunos autistas através da escola em que trabalham. Neste gráfico, podemos ver que 42,9% das estagiárias responderam que a escola as orientou sobre como trabalhar com crianças autistas. Já 38,1% das estagiárias alegaram que não receberam nenhuma orientação, porém buscaram informações por conta própria. A minoria das pessoas que responderam ao questionário, informaram que a escola não as orientou sobre nada.

Por meio desses dados podemos refletir que a grande maioria das acadêmicas estagiárias chegam às escolas sem nenhum entendimento, experiências ou base sobre como trabalhar com crianças autistas. Podemos concluir que o interesse parte das próprias estagiárias que se interessaram pelo assunto e foram atrás de entendimento, conhecimento e respostas. Nos mostra também que as escolas precisam promover momentos de estudo dando base às futuras professoras, não só as colocando naquela função sem nenhuma base sobre o assunto.

Gráfico 4 – O gráfico aponta se as estagiárias acreditam que o professor precisa de mais capacitação quanto ao Autismo.

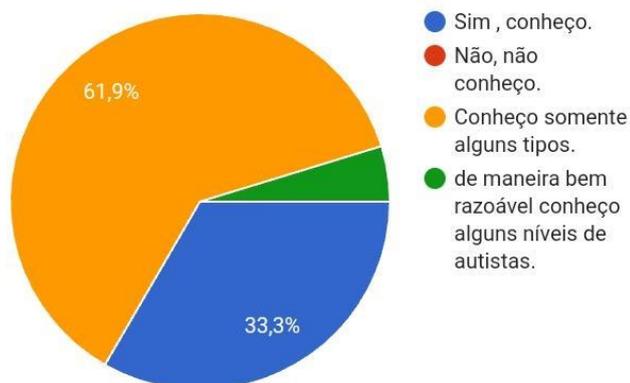


Fonte: Questionário Google Forms elaborado pelas acadêmicas.

Esse gráfico nos mostra uma porcentagem mais significativa, quando as estagiárias foram questionadas se o professor precisa de mais capacitação sobre o autismo. A grande maioria respondeu que sim, pois ainda sabe-se pouco sobre o assunto. Podemos ver também que 4,7% das pessoas acreditam que se for necessário, o professor deve buscar mais capacitação sobre o “TRE”. Somente 28,6% das estagiárias responderam que os professores são capacitados quanto ao autismo.

Através do gráfico, podemos observar que os participantes da pesquisa possuem pouco conhecimento no momento em que são questionados sobre o Transtorno do Espectro Autista, e que, mesmo quando se tem um aluno autista em sala de aula deve-se haver interesse por parte do profissional que está atuando em buscar conhecer mais sobre seu aluno. O docente necessita pesquisar mais sobre o assunto para poder ensinar e amparar no desenvolvimento da aula. Por essa razão, percebe-se a importância de possuir qualificação total nessa área.

Gráfico 5 – Relato das acadêmicas estagiárias quando questionadas se conhecem todos os tipos e níveis de autismo.

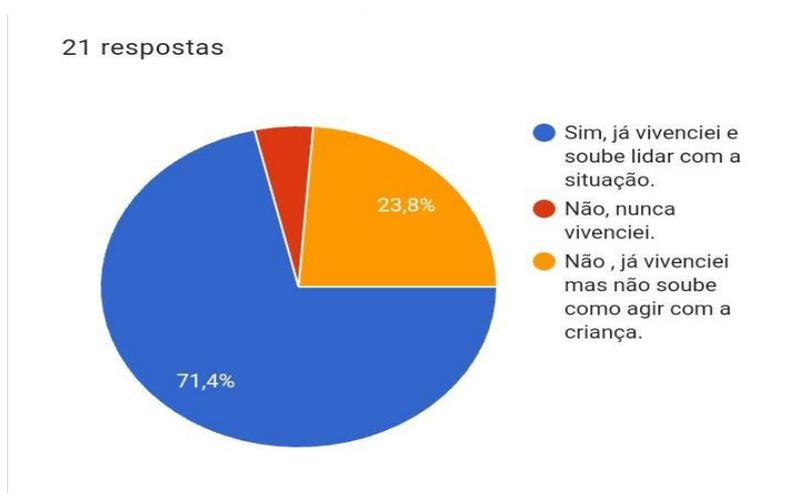


Fonte: Questionário Google Forms elaborado pelas acadêmicas

Este gráfico demonstra que a maioria das estagiárias conhece somente alguns tipos e níveis de autismo. Apenas 33,3% das estagiárias conhecem todos os tipos e níveis de autismo.

Percebe-se, através desta questão, o pouco que se sabe sobre o autismo e que este não é o suficiente para que as estagiárias lidem de forma eficaz com os alunos autistas, tendo em vista que quando estudamos e nos aprofundamos em algum ensinamento, conseguimos transpor esse conhecimento aprimorando ou adaptando para a prática. As acadêmicas deveriam receber um suporte que as orientasse sobre as principais questões a respeito do autismo, dentre elas, os vários tipos e níveis que o envolvem.

Gráfico 6 – O último gráfico mostra se as acadêmicas estagiárias sabem lidar com crianças autistas, quando estão tendo uma crise.



Fonte: Questionario Google Forms elaborado pelas acadêmicas.

Nessa última questão, pode-se observar que as maiorias das estagiárias já presenciaram uma crise em crianças autistas e souberam lidar com a situação, o que pode ser visto como ponto positivo. Uma pequena quantidade de estagiárias nunca presenciou uma criança autista tendo crise e já 23,8% das estagiárias, já presenciaram uma criança com o Transtorno do Espectro Autista tendo crise, porém não souberam lidar com a situação.

Isso ressalta o quão importante é obter conhecimento a respeito do autismo. Antes de iniciar o trabalho na área da inclusão sem obter nenhum suporte ou informações. Muitos estagiários que ingressam em sala de aula, sequer obtêm algum suporte o que reflete em mais chances de obterem maior dificuldade na prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade como a nossa, onde impera a competitividade e ao mesmo tempo a desigualdade, a educação é uma das formas de garantir o direito à igualdade, onde todos têm a oportunidade de adquirir conhecimentos e qualidades que ampliam as oportunidades de atuar no mercado de forma emancipada e de forma justa ou menos desigual.

Nessa perspectiva, a educação inclusiva torna-se um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, abrangendo diferentes níveis e graus do sistema educacional, com base em referenciais teóricos adaptados às necessidades especiais dos alunos.

Este estudo buscou analisar o conhecimento das estagiárias sobre o Transtorno do Espectro Autista e a necessidade de educar esses profissionais para enfrentar a realidade encontrada no âmbito escolar.

De acordo com a literatura ainda há muitos professores e estagiários que parecem não saber como se comportar ao atender um aluno autista. Pensando nisso, a questão aqui formulada pretendia compreender o nível de conhecimento das acadêmicas estagiárias sobre o “TEA” e seu ponto de vista sobre o desconhecimento a respeito do assunto.

Pode-se afirmar que, de acordo com a pesquisa feita, 60% das estagiárias participantes da rede pública e privada, possuem necessidade de aprofundar seu conhecimento sobre o Autismo, já que têm ou tiveram contato com alunos autistas, seja dentro ou fora de sala de aula, sem saber exatamente como lidar com a situação a que foram expostas.

Logo, diante dos gráficos apresentados aqui concluímos que mais de 70% das estagiárias ouvidas não possuem bases sólidas de conhecimentos sobre o Transtorno do

Espectro Autista, e isso pode impactar diretamente no aluno em sala de aula. Tais resultados demonstraram que a visão das professoras estagiárias sobre o “TEA” ainda é limitada.

A pesquisa deixa evidente que é necessário que os cursos de formação inicial de professores, discutam e reflita sobre o autismo, oportunizando que todos possuam conhecimentos para desenvolver as potencialidades dos alunos, tal qual consta na lei. Para isso, a formação precisa ocorrer ao longo do processo formativo, de forma inicial ou continuada, mesmo após o final da graduação em nível de pós-graduação na área.

Desde a Declaração da Salamanca (1994) já se ressaltava que a formação dos professores seria o que nos orienta na condução da ação inclusiva. Sem isso, os docentes não são aptos de se responsabilizar sobre a inclusão nas suas distintas áreas.

Este estudo nos forneceu amplas informações sobre o transtorno do espectro autista, o que nos enriqueceu como pesquisadores e futuros educadores. Por meio disso também pudemos analisar e compreender a perspectiva das acadêmicas estagiárias, a partir do qual pudemos concluir que as mesmas, inclusive nós, na maioria das vezes chegamos até às escolas sem preparo e muitas vezes buscam se familiarizar com o assunto por conta própria, sem orientação.

Não podemos esquecer que os educadores devem sempre prezar por um ensino de qualidade, inovando, aperfeiçoando suas práticas e abandonando as que não atinjam a todos os alunos. Como docentes, devem-se sempre estar atualizados diante dos novos desafios a serem enfrentados e trabalhar com o objetivo de formar seres humanos capazes de decifrar a sua realidade e pensar o mundo de forma complexa e ativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei no 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <https://bit.ly/2AytGhm>.

BRASIL. 2a Conferência Nacional de Educação, CONAE, 2014. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/doc/Sistematizacao/DocumentoFinal29012015>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político- Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010.

CUNHA, E. Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 7a ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

CUNHA, E. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

DSM-V. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. M.I.C. Nascimento et al., Trad); 5a ed.; Porto Alegre: ArtMed, 2014.

EDGARD J. OMS afirma que autismo afeta uma em cada 160 crianças no mundo. ONU News. Disponível em: <https://bit.ly/2yJFrjr>.

GADIA, C. A., Tuchman, R e Rotta, N.T. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. Jornal de Pediatria [online]. 2004, v. 80, n. 2 suppl [Acessado 26 Julho 2021] pp. 83-94. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0021-75572004000300011>>.

GARCIA, R. M. C.. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 18 n. 52 jan.-mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/07.pdf>

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Revista Educação & Sociedade, Campinas, n. 113, p. 1355-1379, out./dez., 2010.

GLAT, R.; FERREIRA, J. R.; OLIVEIRA, E. S. G.; SENNA, L. A. G. Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil, 2003.

KIRK, S. A.; GALLAGHER, J. J. Educação da Criança Excepcional. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Disponível em: <https://www.ama.org.br/site/autismo/diagnostico/#:~:text=O%20diagn%C3%B3stico%20do%20autismo%20%C3%A9,com%20os%20pais%20ou%20cuidadores>.
Acessado em: 09 de outubro às 21 horas.

RODRIGUES, D. Desenvolver a educação inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. In: Inclusão: Revista de educação Especial. Inclusão: R. Educ. esp., Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-58, jul./out. 2008.

Silva, Micheline e Mulick, James A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2009, v. 29, n. 1 [Acessado 26 Julho 2021] , pp. 116-131. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000100010>>. Epub 19 Jun 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000100010>

Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB n. 2/2001, no artigo 2º, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>

Olá meninas,

Parabéns pelo trabalho realizado, o tema é de extrema relevância! Reestruturei algumas questões referente a formatação do texto e deixei algumas caixinhas com sugestões que devem ser seguidas. Realizem a revisão do texto conforme as orientações.

